



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

2ª VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE PRUDENTE - 0115

[2001 a 2500 processos]

Entre os dias 25 e 26 do mês de abril de 2018, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 5/2018, divulgado em 5/3/2018 no DEJT (Edição 2427/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – páginas 936 e 937). Presentes a Juíza Titular Presentes a Juíza Titular KATIA LIRIAM PASQUINI BRAIANI e o Juiz Substituto REGIS ANTONIO BERSANIN NIEDO. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	ALFREDO MARCONDES, CAIABU, EMILIANOPOLIS, ANHUMAS, ALVARES MACHADO, ESTRELA DO NORTE, MARTINOPOLIS, TARABAI, TACIBA, SANTO EXPEDITO, SANDOVALINA, REGENTE FEIJO, PRESIDENTE PRUDENTE, PRESIDENTE BERNARDES, PIRAPOZINHO, NARANDIBA, INDIANA
Lei de Criação:	9.698/98
Data de Instalação:	23/10/1998
Data de Instalação do PJE:	28/05/2014
Data da Última Correição:	15/05/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	7 %
Acervo PJe/Acervo Total:	93 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
KATIA LIRIAM PASQUINI BRAIANI	17/09/2010

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
19/04/2017 a 18/05/2017	FERIAS
15/06/2017 a 15/06/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
16/06/2017 a 16/06/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
01/07/2017 a 01/07/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
11/08/2017 a 11/08/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
04/09/2017 a 06/09/2017	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
11/09/2017 a 10/10/2017	FERIAS
11/10/2017 a 11/10/2017	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
12/10/2017 a 12/10/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
13/10/2017 a 13/10/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
01/11/2017 a 01/11/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
02/01/2018 a 02/01/2018	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
03/01/2018 a 03/01/2018	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
27/01/2018 a 27/01/2018	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
03/02/2018 a 03/02/2018	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
12/02/2018 a 12/02/2018	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
13/02/2018 a 13/02/2018	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
17/03/2018 a 17/03/2018	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
23/03/2018 a 23/03/2018	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
10/04/2018 a 10/04/2018	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
11/04/2018 a 19/04/2018	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/05/2017 a 15/04/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
REGIS ANTONIO BERSANIN NIEDO	07/01/2017 a 19/12/2017
REGIS ANTONIO BERSANIN NIEDO	08/01/2018 a 19/04/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
24/05/2017 a 22/06/2017	FERIAS
16/10/2017 a 14/11/2017	FERIAS
04/12/2017 a 04/12/2017	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
21/01/2018 a 21/01/2018	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
04/02/2018 a 04/02/2018	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [28/02/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ALEXANDER SILVA DA COSTA	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	14/11/2011
DIRLEI ZANINI PEREIRA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	14/10/2002
ELIONAE GUEDES RODRIGUES	REQ	FC-01 EXECUTANTE	09/05/2006
FLAVIO AUGUSTO GOMES	REQ	FC-01 EXECUTANTE	01/09/2016
FRANCISMAR BATISTA SANCHES	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	10/11/2011
GEOLINDO THEODORO DE SOUZA JUNIOR	TJA	FC-04 CALCULISTA	19/01/2012
KATIA MATIKO ONISHI	AJA	FC-02 ASSISTENTE	08/10/2007
KATIA PETERMANN CHOUERI	TJA	FC-02 ASSISTENTE	15/05/2002
MARIANA DE BARROS CARDOZO	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	06/02/2012
PATRICIA DANTAS SARTI SOARES	TJA	FC-02 ASSISTENTE	06/06/2011
SANDRA MARA MAGALHAES FUMIS	AJA	FC-02 ASSISTENTE	16/05/2011
SILVANA FURIO BARBIERO GUZZONI	REQ	-	15/04/2015
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			8
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			4



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [05/2017 a 02/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	11
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM PLANTÃO JUDICIÁRIO	35
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM RECESSO	4
LICENÇA À GESTANTE	17
LICENÇA MÉDICA/RGPS	2
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	8
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	7
PRORROGAÇÃO DE LICENÇA À GESTANTE	60
VIAGEM A SERVIÇO	2
TOTAL	146



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [28/02/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
CAIO FERNANDO PEREIRA LEAL	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2017
MAYRA MARQUES POSSIBOM	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/11/2017
SELTON FRANCO MUNIZ	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2018



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [28/02/2018]: (fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
KATIA LIRIAM PASQUINI BRAIANI	47
REGIS ANTONIO BERSANIN NIEDO	31

SERVIDORES	HORAS
ALEXANDER SILVA DA COSTA	22
FRANCISMAR BATISTA SANCHES	210
MARIANA DE BARROS CARDOZO	211
PATRICIA DANTAS SARTI SOARES	4



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [05/2017 a 02/2018]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	801	1.284	874
	Aguardando encerramento da instrução	987	832	1.069
	Aguardando prolação de sentença	71	125	134
	Aguardando cumprimento de acordo	352	398	348
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.674	1.609	1.560
	Pendentes de finalização		3.885	4.247
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	115	377	434
	Liquidados pendentes de finalização na fase	232	388	314
	Pendentes de finalização		347	765
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.797	1.380	1.706
	Encerrados pendentes de finalização na fase	28	110	18
	Pendentes de finalização		1.825	1.493
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	42	3
TOTAL		6.057	6.547	6.462

CORREIÇÃO ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [05/2016 a 03/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	918	1.292	944
	Aguardando encerramento da instrução	680	853	686
	Aguardando prolação de sentença	62	118	90
	Aguardando cumprimento de acordo	317	376	300
	Solucionados pendentes de finalização na fase	3.607	4.074	3.593
	Pendentes de finalização		3.620	4.173
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	222	524	449
	Liquidados pendentes de finalização na fase	200	481	344
	Pendentes de finalização		380	828
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.899	1.457	2.034
	Encerrados pendentes de finalização na fase	843	667	1.119
	Pendentes de finalização		1.943	1.591
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	2	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	5	85	308
TOTAL		5.948	6.678	6.931



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [05/2017 a 02/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	233	241	47
Exceções de Incompetência	19	14	6
Antecipações de Tutela	350	347	6
Impugnações à Sentença de Liquidação	19	24	9
Embargos à Execução	66	102	21
Embargos à Arrematação	0	1	0
Embargos à Adjudicação	1	1	0
Exceções de Pré-Executividade	5	9	3
TOTAIS	693	739	92

CORREIÇÃO ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [05/2016 a 03/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	195	196	54
Exceções de Incompetência	25	40	2
Antecipações de Tutela	242	262	1
Impugnações à Sentença de Liquidação	21	38	14
Embargos à Execução	97	105	58
Embargos à Arrematação	1	2	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	22	27	7
TOTAIS	603	670	136



6 - RECURSOS [05/2017 a 02/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	788	785	138
Recurso Adesivo	54	48	10
Agravo de petição	64	64	26
Agravo de Instrumento	18	11	8
TOTAIS	924	908	182

CORREIÇÃO ANTERIOR

6 - RECURSOS [05/2016 a 03/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	735	672	143
Recurso Adesivo	51	67	7
Agravo de petição	102	84	29
Agravo de Instrumento	21	9	10
TOTAIS	909	832	189



7 - PRAZOS MÉDIOS [05/2017 a 02/2018]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	394	138	206	139
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.788	248	367	273
Total / Média	2.182	228	331	249

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	388	134	213	138
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.697	252	383	275
Total / Média	2.085	230	344	249

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	155	18	25	17
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	956	22	36	31
Total / Média	1.111	21	34	29

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	34	63	244	319
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	314	98	270	202
Total / Média	348	94	265	219

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	509	1.476	2.157	2.976
Do início ao encerramento da execução - ente público	82	819	1.000	1.350
Total / Média	591	1.385	2.018	2.856

*Do início até a extinção da execução



CORREIÇÃO ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [05/2016 a 03/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	384	138	206	126
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.704	273	360	270
Total / Média	2.088	248	321	244

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	375	140	208	126
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.627	278	362	276
Total / Média	2.002	252	321	248

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	166	13	24	11
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	982	21	35	23
Total / Média	1.148	20	33	22

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	78	89	264	165
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	309	110	273	157
Total / Média	387	105	271	159

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	634	1.891	1.884	2.119
Do início ao encerramento da execução - ente público	100	1.081	1.209	1.593
Total / Média	734	1.780	1.815	2.054

*Do início até a extinção da execução

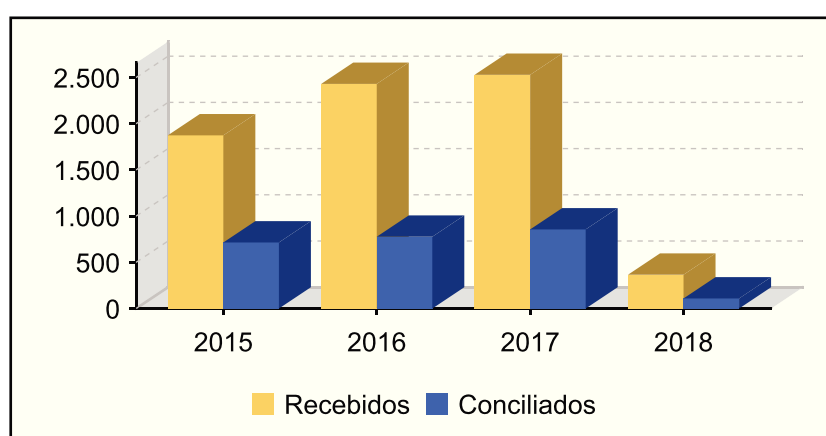


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

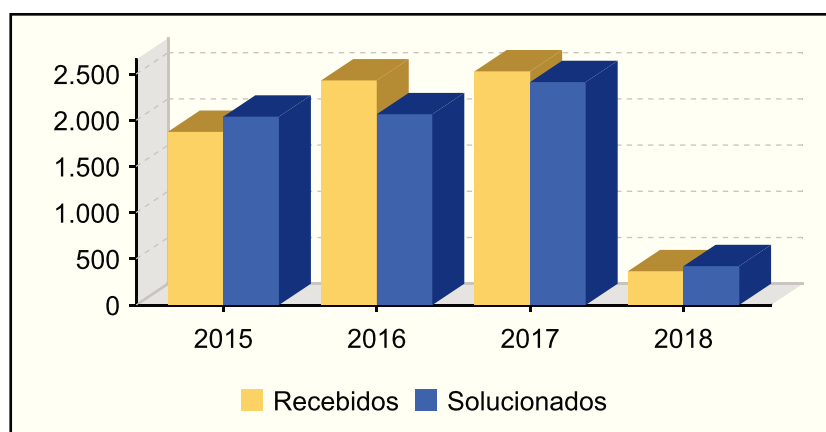
8.1 - Índice de conciliações [até 02/2018]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	1.874	715	38,15
2016	2.431	777	31,96
2017	2.529	856	33,85
2018	366	109	29,78



8.2 - Índice de soluções [até 02/2018]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.874	2.039	108,80
2016	2.431	2.065	84,94
2017	2.529	2.413	95,41
2018	366	421	115,03



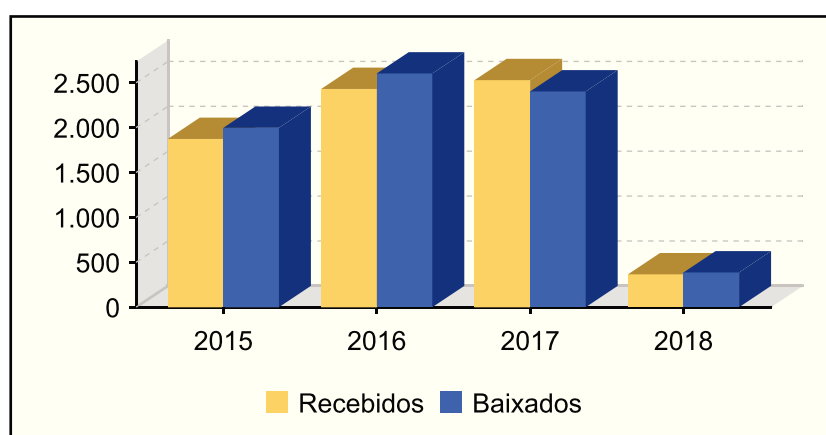


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

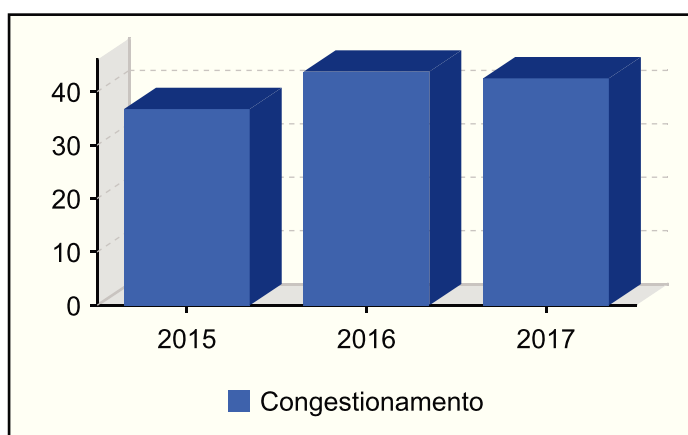
8.3 - Índice de baixas [até 02/2018]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	1.874	1.998	106,62
2016	2.431	2.603	107,08
2017	2.529	2.403	95,02
2018	366	387	105,74



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.350	1.874	2.039	36,76
2016	1.241	2.431	2.065	43,76
2017	1.668	2.529	2.413	42,51

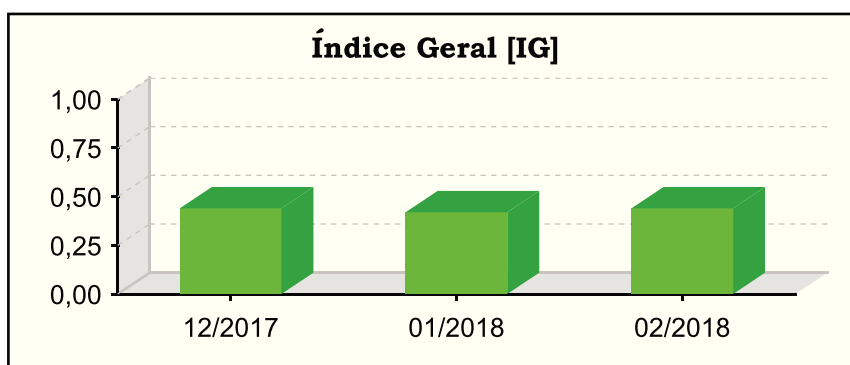
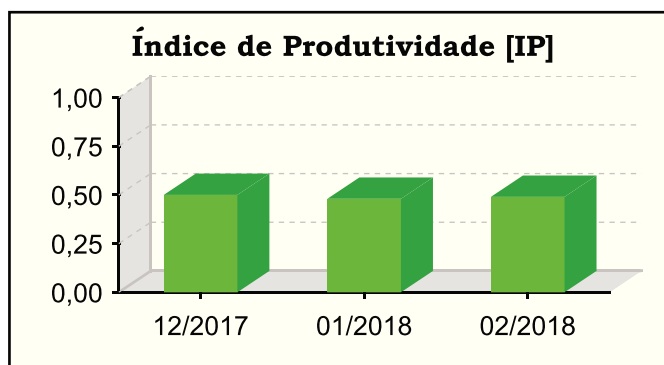
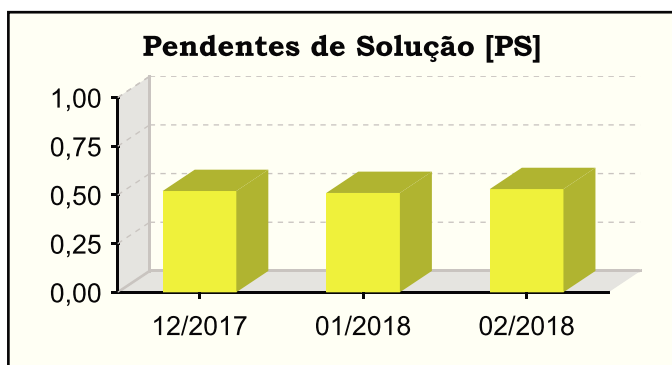
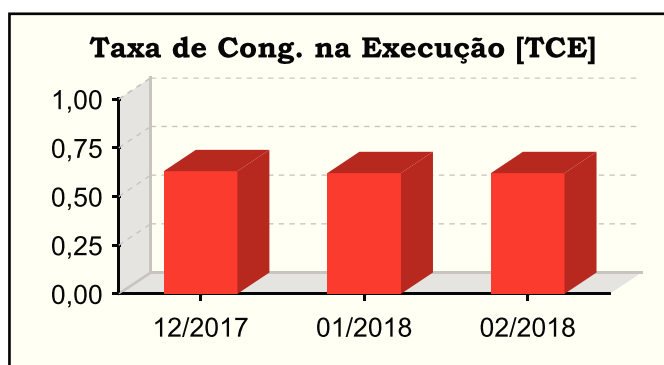
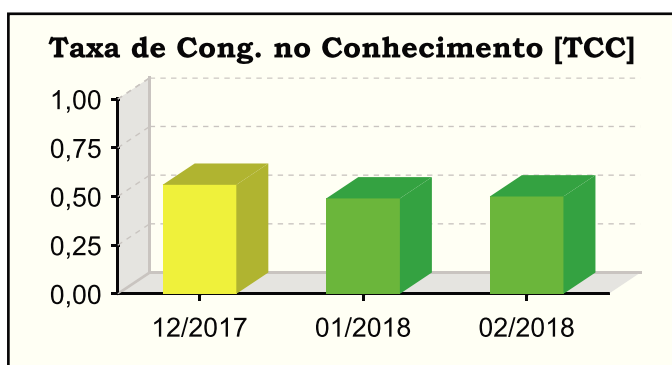




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	PS	IP	IG
12/2017	0,56	0,63	0,52	0,50	0,44
01/2018	0,49	0,62	0,51	0,48	0,42
02/2018	0,50	0,62	0,53	0,49	0,44





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [03/2017 a 02/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	878	73,2	46,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.123	93,6	59,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.001	166,8	106,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	510	42,5	27,0
Incidentes Processuais Resolvidos	879	73,3	46,6
Dias-Juiz	566	47,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	43.716	74,3	46,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	56.914	96,8	60,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	100.630	171,1	106,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	19.100	32,5	20,2
Incidentes Processuais Resolvidos	42.491	72,3	44,8
Dias-Juiz	28.434	48,4	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	131.486	71,6	45,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	165.353	90,1	57,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	296.839	161,7	103,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.539	27,0	17,2
Incidentes Processuais Resolvidos	115.373	62,8	40,1
Dias-Juiz	86.309	47,0	---

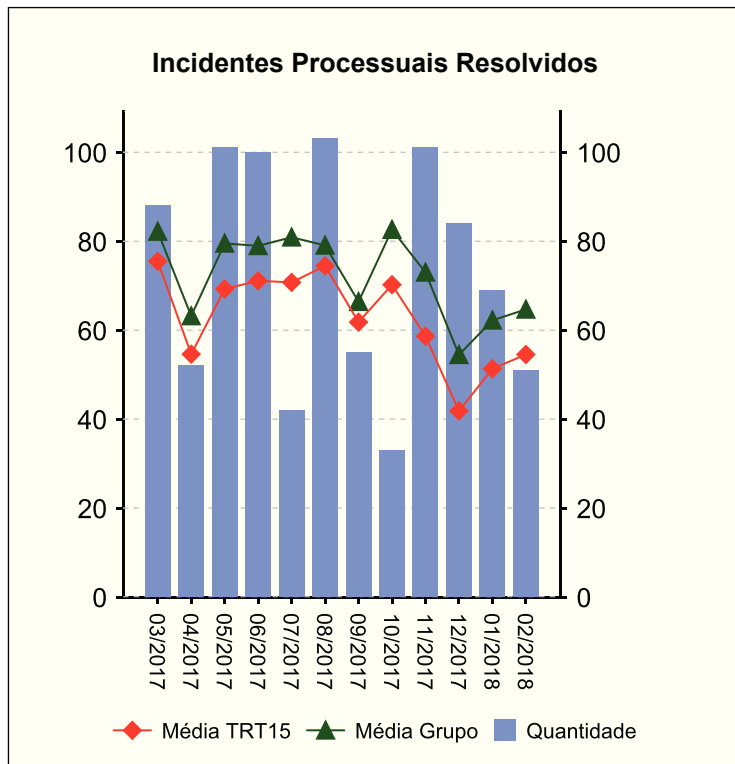
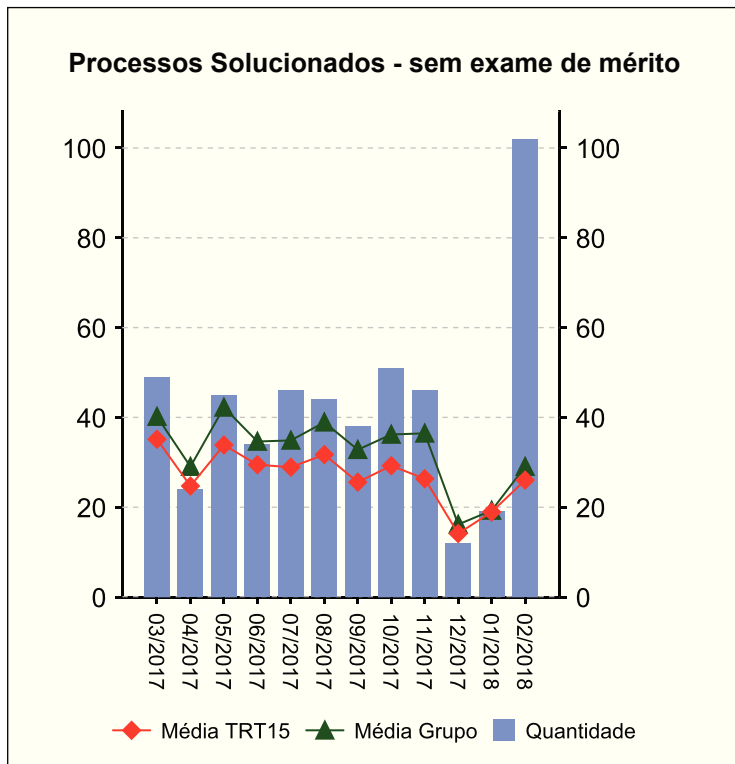
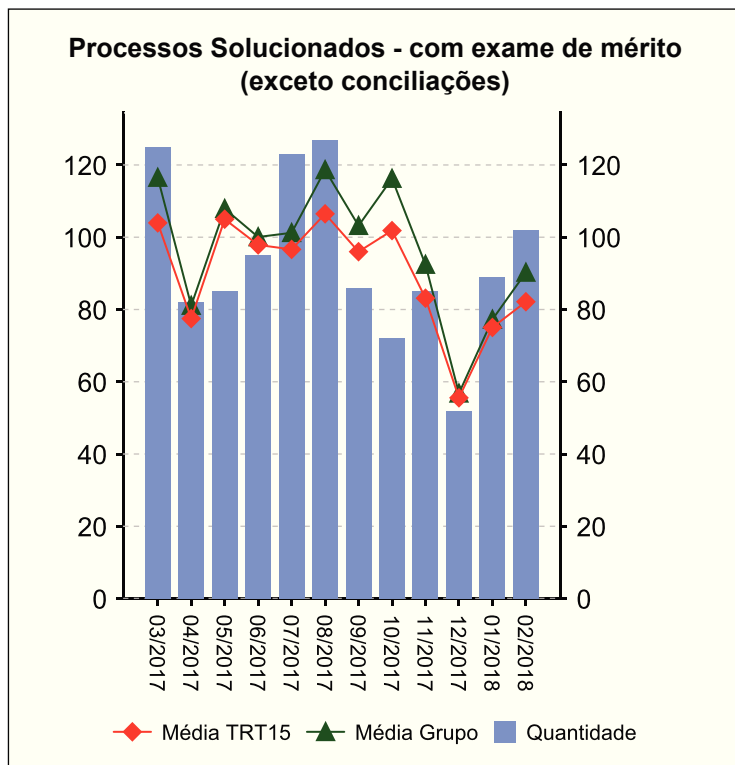
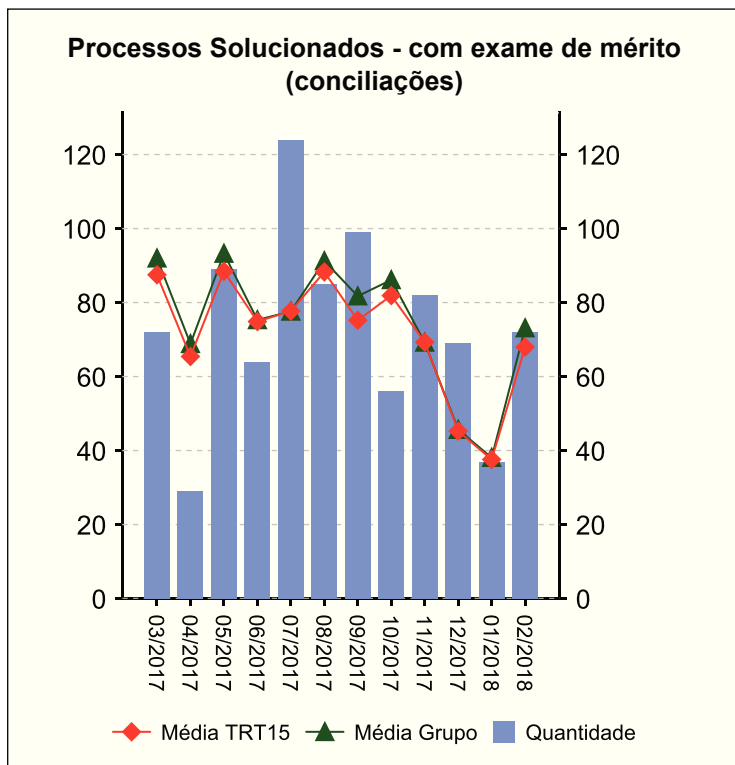
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [03/2017 a 02/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[03/2017 a 02/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.070	89,2	56,7
Sessões de audiência realizadas - instrução	594	49,5	31,5
Sessões de audiência realizadas - una	504	42,0	26,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	944	78,7	50,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	351	29,3	18,6
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.098	91,5	58,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	1.295	107,9	68,6
Dias-Juiz	566	47,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	28.434	48,4	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	86.309	47,0	---

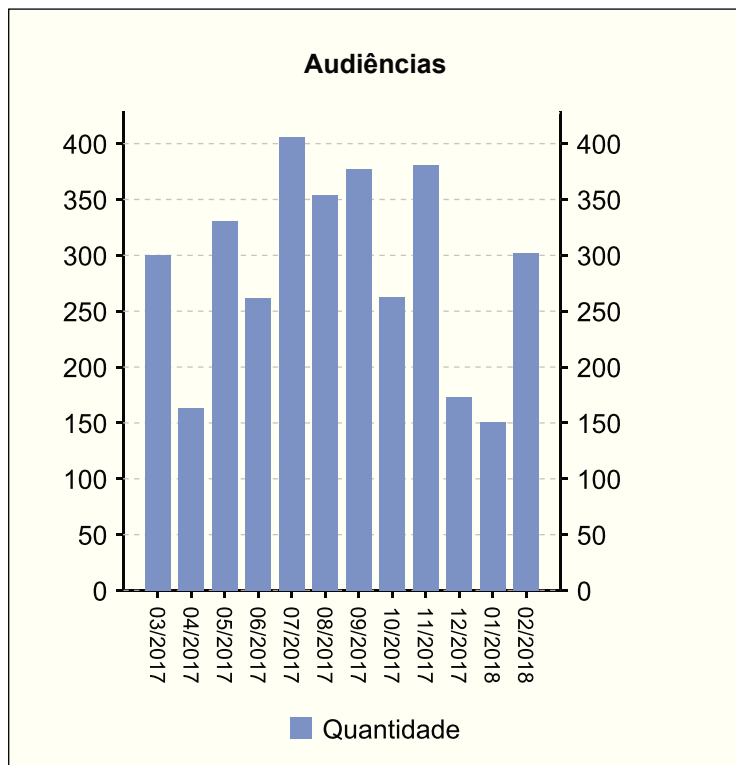


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

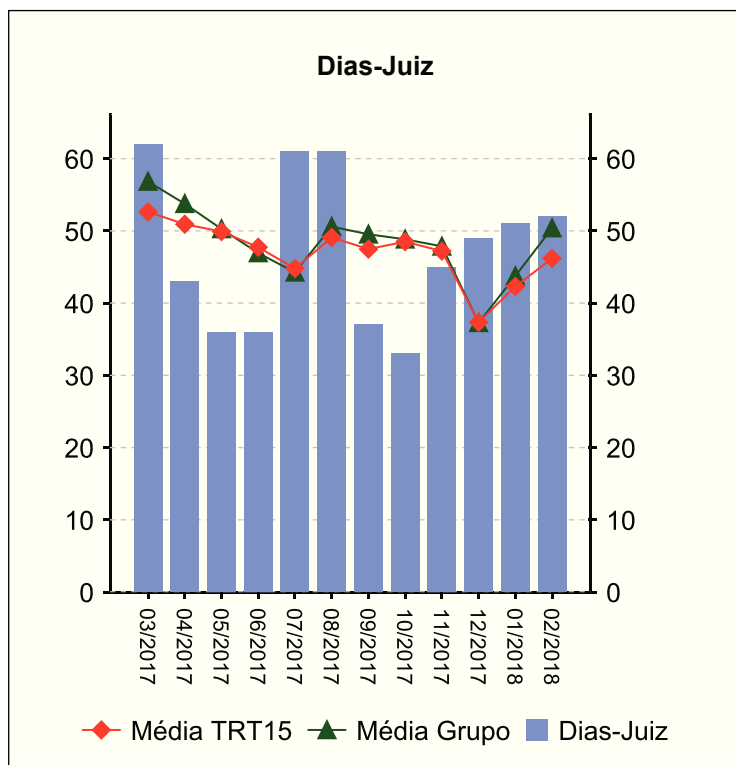
[03/2017 a 02/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
03/2017	18	26	84	62	110	300
04/2017	15	22	37	36	53	163
05/2017	108	65	56	38	64	331
06/2017	61	20	69	43	69	262
07/2017	147	1	81	76	101	406
08/2017	70	16	85	87	96	354
09/2017	134	91	114	38	0	377
10/2017	74	31	108	44	6	263
11/2017	143	51	136	49	2	381
12/2017	82	0	62	27	2	173
01/2018	34	0	83	34	0	151
02/2018	58	28	155	60	1	302
Total	944	351	1070	594	504	3463



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
03/2017	62
04/2017	43
05/2017	36
06/2017	36
07/2017	61
08/2017	61
09/2017	37
10/2017	33
11/2017	45
12/2017	49
01/2018	51
02/2018	52
Média Mensal	47,2



CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [04/2016 a 03/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	790	65,8	41,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.077	89,8	56,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.867	155,6	98,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	358	29,8	18,8
Incidentes Processuais Resolvidos	744	62,0	39,2
Dias-Juiz	570	47,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	42.379	72,1	44,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	49.841	84,8	51,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	92.220	156,8	95,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	18.775	31,9	19,5
Incidentes Processuais Resolvidos	36.956	62,9	38,4
Dias-Juiz	28.874	49,1	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	130.845	71,3	46,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	142.655	77,7	50,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	273.500	149,0	96,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.713	27,6	17,9
Incidentes Processuais Resolvidos	101.736	55,4	36,0
Dias-Juiz	84.798	46,2	---

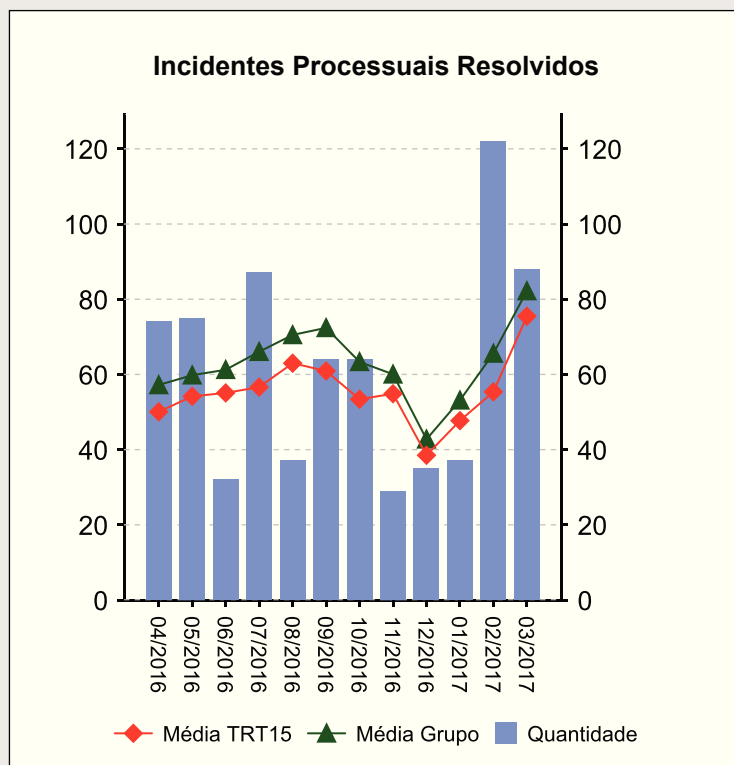
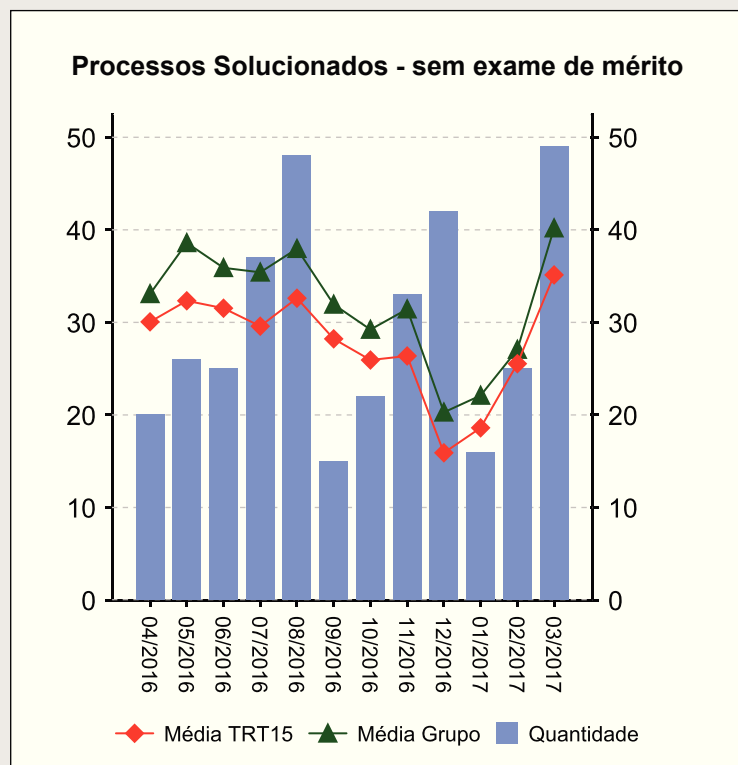
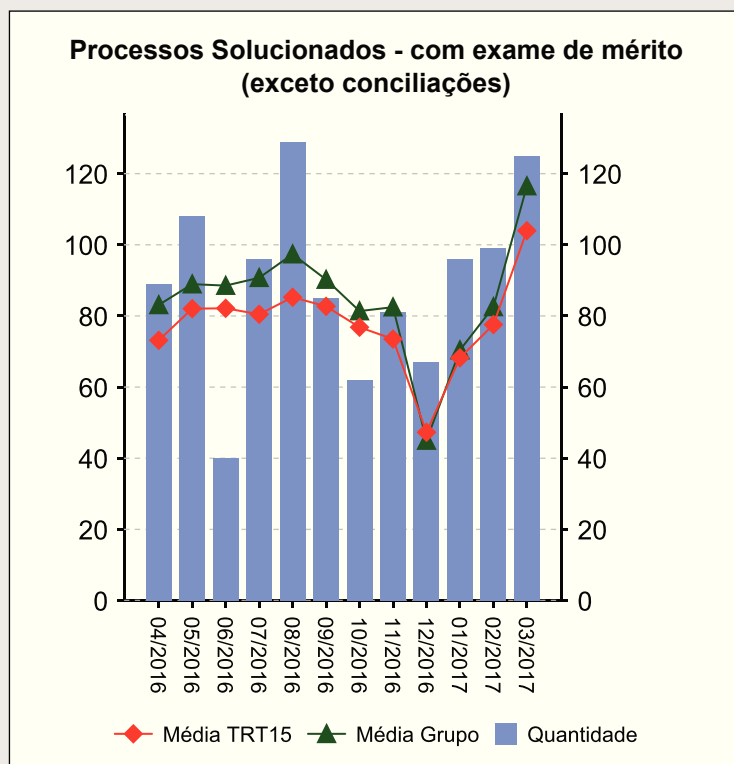
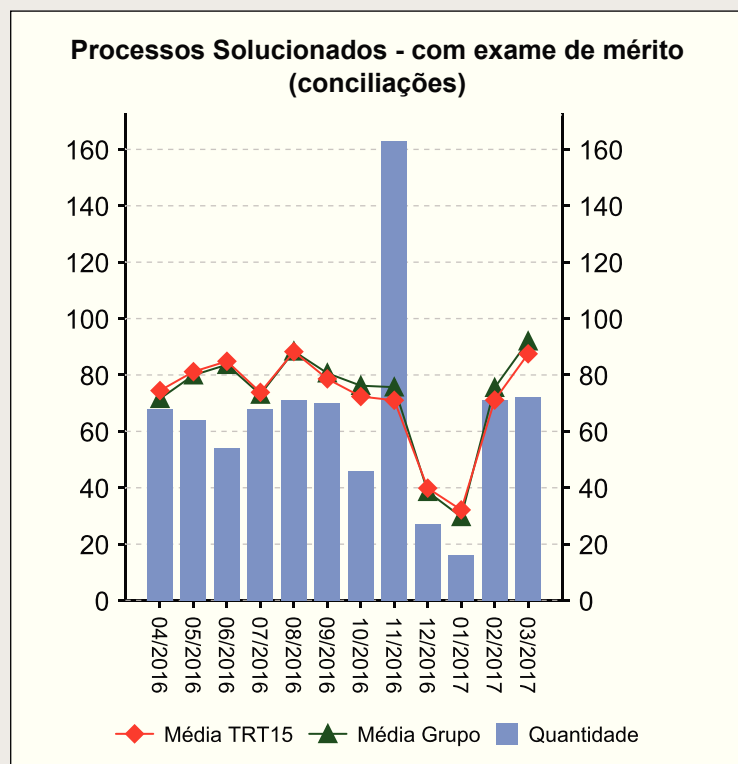
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [04/2016 a 03/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[04/2016 a 03/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	610	50,8	32,1
Sessões de audiência realizadas - instrução	513	42,8	27,0
Sessões de audiência realizadas - una	803	66,9	42,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	628	52,3	33,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	324	27,0	17,1
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.316	109,7	69,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	952	79,3	50,1
Dias-Juiz	570	47,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	28.874	49,1	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	84.798	46,2	---



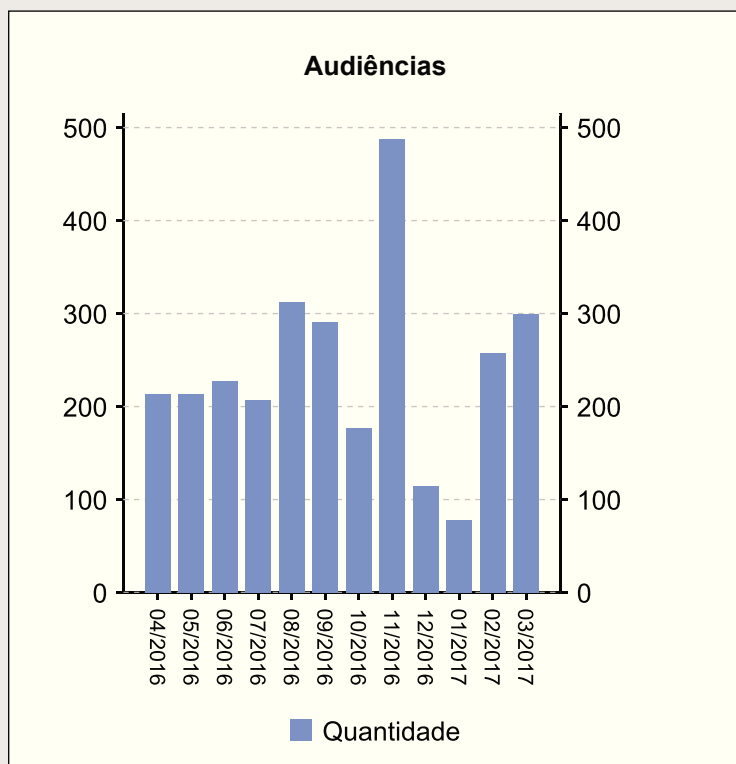
CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

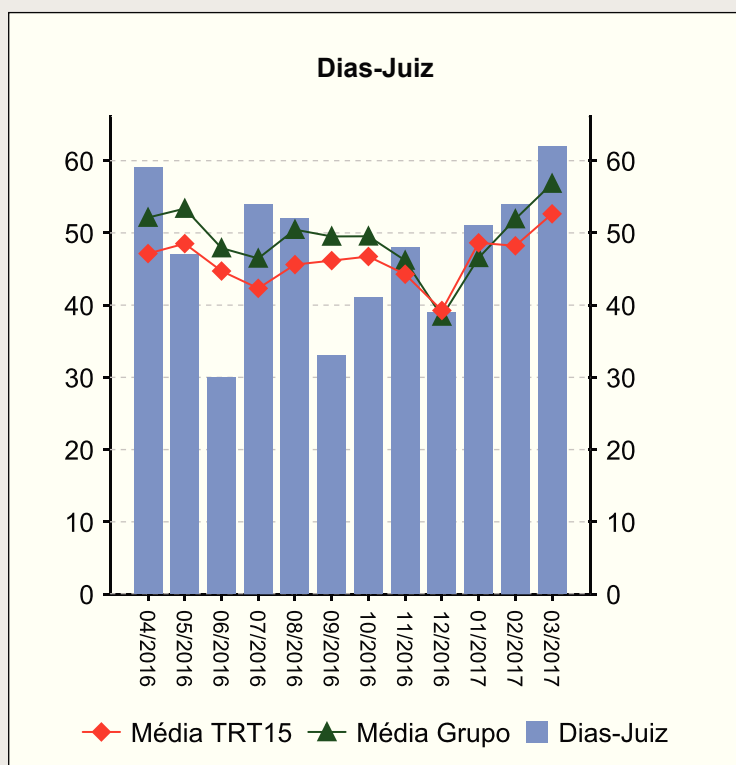
[04/2016 a 03/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
04/2016	0	18	68	52	75	213
05/2016	5	16	50	51	91	213
06/2016	21	52	49	41	64	227
07/2016	8	6	53	52	88	207
08/2016	30	31	90	54	107	312
09/2016	104	77	43	19	48	291
10/2016	26	16	34	45	56	177
11/2016	352	49	23	32	32	488
12/2016	22	21	24	19	28	114
01/2017	1	0	24	22	31	78
02/2017	41	12	68	64	73	258
03/2017	18	26	84	62	110	300
Total	628	324	610	513	803	2878



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
04/2016	59
05/2016	47
06/2016	30
07/2016	54
08/2016	52
09/2016	33
10/2016	41
11/2016	48
12/2016	39
01/2017	51
02/2017	54
03/2017	62
Média Mensal	47,5



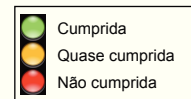
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

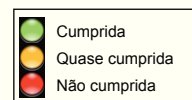
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2529	2413	2276	0	211	201	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

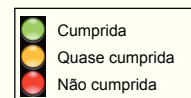
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
1874	1687	1885	0	201	39	20 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
805	989	725	0	67	82	100 %





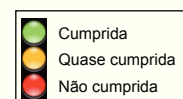
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

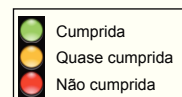
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
18	21	0	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
239	247	229	92 %





12 - ARRECAÇÃO [05/2017 a 02/2018]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 39.031,45	R\$ 64.447,44	R\$ 294,86	R\$ 2.170.209,47



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 02/2018]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2012	1
2013	1
2014	6
2015	29
2016	278
2017	1273
2018	271



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
2833	10	0	10	0

Fonte: Portaria GP nº 39/2017

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 39/2017, de 26/06/2017, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 12 servidores está acima dos parâmetros fixados na referida Portaria.

Além disso, foi informado pelo gestor que na Unidade também atuam os assistentes de Juiz:

Eunice Mayumi Koketsu – Assistente da Juíza Titular Kátia Liriam Pasquini Braiani.

Luis Eduardo Rossilho de Lima – Assistente do Juiz Substituto Régis Antônio Bersanin Niedó.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 05/04/2018)

PJe		SAP	
Data de corte:	05/03/2018	Data de corte:	05/03/2018
Saldo:	412	Saldo:	17
Data do mais antigo:	01/02/2018	Data do mais antigo:	08/02/2018
		Total:	429

15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:



O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado (02/2018) é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,44, que teve variação positiva desde a última Correição (0,52 em 03/2017).

Esse resultado demonstra o progresso da unidade desde a última Correição, pois registrou evolução no índice TCC – taxa de congestionamento no conhecimento, de 0,54 em 03/2017 para 0,50 em 02/2018. De igual forma a TCE – taxa de congestionamento na execução, que no mesmo período apresentou pequena melhora (de 0,64 em 03/2017 a 0,62 em 02/2018).

A evolução da unidade, salvo melhor juízo, também pode decorrer da experiência adquirida com a execução do plano de ação no ano de 2016, para desenho do novo processo de trabalho. Referido plano foi homologado pela Corregedoria e foi finalizado em outubro do mesmo ano. Todas as atividades realizadas para melhorar a gestão estão relatadas no Pedido de Providências 000348-10.2014.5.15.0899 e 90/2017 – PROAD.

Esses índices demonstram o empenho dos gestores na condução dos processos judiciais e dos processos de trabalho. Além disso, como registrado no item anterior, o saldo de processos sem tramitação há mais de 30 dias é bem inferior à metade da média de processos anualmente recebidos. Por tais motivos são consignados elogios.

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0011112-79.2014.5.15.0115 , 0011864-80.2016.5.15.0115 e 0012030-49.2015.5.15.0115.

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0000061-71.2014.5.15.0115, 0012158-69.2015.5.15.0115, 0011080-40.2015.5.15.0115.

16.3 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da



personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, além disso a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 16/04/2018, verificou-se a existência de 911 protocolos nos últimos 12 meses, com 6 pendências) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0011072-63.2015.5.15.0115, 0012291-77.2016.5.15.0115 e 0010965-19.2015.5.15.0115).

16.5 – há audiências designadas em 4 dias da semana;

16.6 – não exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,53 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a 2ª Vara do Trabalho de Presidente Prudente apresenta 53% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 47,2 dias-juiz nos últimos doze meses, inferior à média do grupo (48,4) e próximo ao apurado na última correição (47,5).



Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 46,5 processos solucionados por meio de conciliações, próximo à média de referido grupo (RARIA 46,1) e superior à média da correição anterior (41,6). Excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 59,5, próximo à média do grupo, de 60,0 (RARIA) e superior à média apontada na correição anterior (56,7).

Dessa forma, comparando a média total de solucionados com exame de mérito da correição passada (155,6 – RARIA 98,3), observou-se elevação no período atual, atingindo média de 166,8 processos (RARIA 106,1). Tais resultados tiveram reflexo positivo no prazo médio do ajuizamento até a prolação de sentença (de 252 dias para 230) – e esse prazo médio é inferior ao aferido para o grupo (344 dias) e para o Fórum (249 dias).

Por fim, destaca-se que a unidade cumpriu quase todas as metas nacionais, com exceção apenas da Meta 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 4% o prazo médio do conhecimento), atingindo 92% de cumprimento – conforme item 11.

Pelos motivos expostos, o Desembargador Corregedor registra elogios.

18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade em 05/04/2018, há audiências agendadas com regularidade até:

Juíza Titular

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	21/06/2018	2	78
INICIAIS/ Sum:	21/06/2018	0	78
UNAS/ Ord:	-	0	-
UNAS/Sum:	-	0	-
INSTRUÇÕES/Ord:	04/04/2019	3	365
INSTRUÇÕES/Sum:	05/06/2018	0	62
CONCILIAÇÃO:	03/05/2018 (*)	0	29
MEDIAÇÃO:	15/05/2018 (*)	12	41

(*) realizadas pelo Cejusc



Juiz Substituto Auxiliar Fixo

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	02/07/2018	2	89
INICIAIS/ Sum:	02/07/2018	0	89
UNAS/ Ord:	não há	0	-
UNAS/Sum:	não há	0	-
INSTRUÇÕES/Ord:	21/03/2019	0	351
INSTRUÇÕES/Sum:	27/06/2018	0	84
CONCILIAÇÃO:	(*)	-	-
MEDIAÇÃO:	(*)	-	-

(*) informação idêntica à da Juíza Titular

Observação: Foi informado pela Unidade que a pauta é automatizada. Porém, também é utilizado o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade não inclui feitos que envolvam órgãos públicos em pauta. Processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos em pauta, não havendo designação, pela Juíza Titular, de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas. O Juiz Auxiliar designa a audiência de instrução no mesmo ato.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS

(fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde					(*)	
terça	manhã						
	tarde		7	5	4 uma vez por mês (**)	(*)	13 (***)
quarta	manhã						
	tarde		7	5			
quinta	manhã						
	tarde		7	5	(**)		12
sexta	manhã						
	tarde						

(***) considerada a média de audiências de conciliação por semana.

18.1.2 – JUIZ SUBSTITUTO AUXILIAR FIXO



DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã		7	5	4 uma vez por mês	(*)	13 (***)
	tarde						
terça	manhã						
	tarde				(**)	(*)	
quarta	manhã						
	tarde		7	5			12
quinta	manhã		7	5	(**)		12
	tarde						
sexta	manhã						
	tarde						

(*) e (**) - as audiências de tentativa de conciliação / mediação das fases de conhecimento, liquidação e execução são realizadas todas as semanas com a cooperação do CEJUSC, sob a supervisão e presidência da Dra. Vanessa Maria Sampaio Villanova Matos. São realizadas 8 audiências por dia, às segundas e terças-feiras.

(***) considerada a média de audiências de conciliação por semana.

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que são realizadas audiências de tentativa de conciliação e mediação dos processos da fase de conhecimento e de tentativa de conciliação em processos da fase de liquidação e execução, sempre com a cooperação do CEJUSC daquela circunscrição judiciária.

As audiências de tentativa de conciliação/mediação na fase de conhecimento são realizadas regularmente duas vezes por semana, às segundas e terças-feiras (com 8 audiências por pauta), pelas mediadoras Patrícia Dantas Sarti Soares e Mariana de Barros Cardozo (formadas como mediadoras pela Escola Judicial do TRT 15) e pela servidora Kátia Petermann Choueiri. As servidoras Mariana e Kátia atuam, em revezamento, como secretárias de audiências da Juíza Titular e do Juiz Auxiliar, respectivamente. Todas elas atuam sob a supervisão e responsabilidade da Juíza coordenadora do CEJUSC, Dra. Vanessa Maria Sampaio Villanova Matos, que permanece presente no fórum durante tais audiências.

Processos das fases de liquidação e execução têm audiências de tentativa de conciliação realizadas por servidores-mediadores do CEJUSC, sob a supervisão da Dra.



Vanessa Maria. Essas audiências são realizadas dois dias por semana (terças e quintas-feiras), em pautas com 14 (mínimo) a 28 (máximo) audiências semanais, dependendo da demanda.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogio à Unidade.

18.3 – ANÁLISE:

A Unidade realizou média (RARIA) de 58,2 audiências unas e de instrução menor que o resultado verificado na última correição (item 10.2), proporcionalmente à disponibilidade média de magistrados (RARIA 69,3 na correição anterior).

O atual prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 228 dias, menor que o de seu grupo (331 dias) e que o do Fórum (249 dias), demonstrando redução desde a última correição (era de 248 dias).

Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 138 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 248 dias. Indica-se assim, haver priorização das audiências no rito sumaríssimo.

Por outro lado, como indicado no item 4, o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 987 no atual período observado, quantidade maior que a média de seu grupo (832), mas menor que a do Fórum (1069), demonstrando tendência de aumento desde a última correição.

Verifica-se que a Unidade realizou 3463 audiências, das quais 1070 foram do tipo inicial, 594 de instrução, 504 unas, 351 de conciliações na execução, 944 de conciliação no conhecimento. Além disso, há audiências iniciais agendadas até 02/07/2018, de instrução (rito sumaríssimo) até 27/06/2018 e instrução (rito ordinário) até 04/04/2019. A unidade não realiza audiências unas.

19 – CONSTATAÇÕES:

Realizada a apresentação de dados da unidade para toda a equipe, o trio gerencial foi reunido para discussão de questões pontuais.



a) Reunião com o trio gerencial

Padronização da nomenclatura das caixas. Constatado que a Unidade não adotava a padronização de nomenclatura das subcaixas, em prejuízo à ordenação cronológica das subcaixas e conseqüente inconsistência dos relatórios do SICOND, prontamente o gestor a providenciou.

O acervo físico da Unidade é de apenas 7%, cerca de 446 processos, e está enquadrada no grupo de 2001 a 2500 processos por ano e no último ano (2017) recebeu 2.529 processos. Não obstante sua força de trabalho efetiva em relação ao ideal seja de 74%, tem obtido bons resultados. No aspecto, destacam-se o excelente prazo médio da fase de liquidação de 94 dias (0,14 – MGD), com apenas 347 processos, a taxa de congestionamento no conhecimento (0,50), o prazo médio do ajuizamento ao encerramento da instrução processual (0,46) e o índice de produtividade de 0,49.

O relatório sem tramitação há mais de trinta dias aponta quantidade de 429 feitos, sendo a data mais antiga de 01/02/2018.

O prazo para realização das audiências também foram reduzidos, ficando em torno de 70 dias, exceto as instruções dos processos submetidos ao rito ordinário, que aguarda 365 dias.

As Metas CNJ 1, CNJ 2, CNJ 5 e CNJ 6 tiveram grau de cumprimento de 100% e a Meta JT 5 teve grau de cumprimento de 92%.

Informaram que a gestão é feita por processos (inclusive para identificação de questões urgentes), seguindo a ordem cronológica do lapso temporal dos processos que estão sem tramitação (do mais antigo para o mais recente), exceto casos que demandem análise prioritária. Para estabelecer a ordem de prioridades adotam os critérios da ferramenta GUT, adaptados ao PJE.

Há servidores em teletrabalho, devidamente formalizado.

As caixas referentes às tarefas "aguardando cumprimento de acordo ou pagamento" e "aguardando resultado Bacen" são analisadas com prioridade. Também é utilizado o relatório SICOND para identificar notícia de descumprimento de acordo de processos em caixas futuras. As guias de depósito são analisadas com prioridade.

Petições sem ciência. Trabalho de conscientização e insistência, com a equipe, ensejou redução nos agrupadores. Constata-se que foi aberto chamado para o comitê regional do PJe, em razão de petições que, mesmo após “estouro dos balões”, não deixaram de compor o agrupador, sendo necessária a exclusão manual.

Constatada a ausência de cadastro da Magistrada Titular no convênio SIMBA, a Corregedoria recomenda a providência.



Procedimentos de perícia.

Procedimento 1 (0010911-82.2017.5.15.0115). Designação automática da audiência inicial; realizada pela Juíza Titular; nomeação de perito, que é intimado por e-mail e que agendará data para perícia e a informará nos autos; comunicação das partes pela secretaria; até data determinada em ata, laudo deverá ser juntado, para intimação das partes; concordância não requer manifestação; até data determinada em ata, eventuais impugnações ao laudo pericial; não há designação prévia da audiência em prosseguimento (instrução); não há determinação sobre pagamento/depósito dos honorários prévios.

Procedimento 2 (0011916-42.2017.5.15.0115 e 0011917-27.2017.5.15.0115). Designação automática da audiência inicial; realizada pelo Juiz Auxiliar; nomeação de perito, com ciência da data, horário e local da perícia pelas partes; até data determinada em ata, juntada de laudo e de eventuais impugnações; nesse mesmo prazo para manifestação/impugnação ao laudo pericial, manifestação sobre a pretensão de produzir outras provas; há designação prévia da audiência em prosseguimento (instrução).

O procedimento 2 é mais benéfico para a Secretaria, uma vez que se assemelha a boa prática denominada controle de perícias, sugerida pela Corregedoria, por dar celeridade aos feitos que aguardam perícia. Nesse sentido, a Corregedoria reitera a orientação para adoção da prática do controle de perícias, assim sugerida:

Primeiramente, cabe ao perito acompanhar suas nomeações e demais decorrências, uma vez que tem amplo acesso à designação, bastando a consulta em painel próprio, conforme consta do Manual do Perito no sítio do CSJT (https://pje.csjt.jus.br/manual/index.php/Manual_Perito). Esse procedimento consiste em, na posse da agenda do perito, o juízo fixar as datas da perícia e do laudo (observado prazo razoável de exequibilidade), sendo que o perito e as partes se comunicarão entre si, por meio de seus endereços eletrônicos, para apresentação da prova pericial, somente, após sua conclusão efetiva. Na falta da agenda do perito, caberá a ele informar as partes da data da perícia, mantido os demais procedimentos mencionados. Uma alternativa da prática é, além de fixar a data da perícia, a fixação das datas para juntada do laudo pericial (observado prazo razoável de exequibilidade), das impugnações e de eventuais esclarecimentos. A fixação prévia das datas e a comunicação direta com o perito possibilitam que a força de trabalho da Unidade seja direcionada a outras atividades, em vez de serem voltadas às notificações de partes e perito a cada juntada de petições pertinentes à produção da prova técnica.

Ainda, sugere-se que seja realizada reunião com os peritos, esclarecendo a relevância da assistência que prestam e a fim de obter deles o comprometimento e



alinhamento necessários ao êxito da prática do controle de perícias, além de se estabelecer prazo para apresentação de laudo, compatível com a pauta da unidade.

De qualquer forma, recomenda-se que o Juízo adote procedimento único para a tramitação de feitos em que serão realizadas perícias, uma vez que procedimentos distintos acabam por comprometer o bom andamento dos trabalhos da Secretaria e dificultam a atuação das partes e peritos.

Fase de liquidação. Utilizam três procedimentos.

Procedimento 1 (0002400-71.2012.5.15.0115, 0000429-22.2010.5.15.0115, 0012243-21.2016.5.15.0115). Após o trânsito em julgado, determinação para que a reclamada apresente suas contas de liquidação, no prazo de 8 dias; desnecessária nova intimação, no prazo sucessivo de 8 dias, a parte reclamante poderá manifestar-se; não havendo impugnação, considerar-se-ão corretos os cálculos. Ainda que a reclamada não apresente seus cálculos, no mesmo prazo, poderá o reclamante o fazer. Em caráter concentrado, o mesmo despacho designa audiência de tentativa de conciliação. Após, os autos seguem para homologação. No silêncio das partes, ou havendo divergência e não sendo possível o aproveitamento dos cálculos de quaisquer delas (especialmente pelo descumprimento das determinações supra), será determinada a realização de perícia contábil, às expensas da parte reclamada.

Procedimento 2 (010103-82.2014.5.15.0115). Designação de audiência de tentativa de conciliação no CEJUSC; nesse ínterim, a reclamada poderá anexar seus cálculos dos valores devidos; não apresentados, determina-se a realização de perícia para elaboração do cálculo de liquidação, nomeando perito; o perito nomeado deverá apresentar laudo no prazo de 15 (quinze) dias; após os autos seguem para homologação.

Procedimento 3 (0010948-46.2016.5.15.0115). Determinação para que a parte reclamada apresente suas contas de liquidação e deposite o valor incontroverso, para imediata liberação ao autor, no prazo de 15 dias; ato contínuo, intima-se o reclamante para manifestar-se a respeito no prazo de 10 dias; liberados valores incontroversos e mantendo-se silente, considerar-se-á quitado o seu crédito e haverá a extinção do processo.

No aspecto, a Corregedoria sugere a intimação das partes para apresentação de cálculos, mais a determinação de depósito, pela ré, do valor que entende devido. Em mesa de mediação/tentativa de conciliação e não havendo acordo, na própria audiência, ocorre a liberação dos valores encontrados nos autos, bem como, a homologação dos cálculos e citação da ré.



Na fase de execução utilizam certidão padronizada, mas nos processos consultados não foi constatada utilização do Rascunho, bem como não foram encontrados exemplos de processos que tivessem informações colhidas em investigação anterior.

Reunião de gestores e trio gerencial determinada na ata anterior foi levada a efeito. Embora tenha sido realizada apenas uma reunião, constata-se que sempre está aberto o diálogo entre as unidades.

Notificações eletrônicas. Os Oficiais de Justiça as têm perseguido e são eles a realizar as notificações, por e-mail, para alguns procuradores municipais e para algumas empresas. Como se verá adiante, a concordância ocorreu porque houve o comprometimento deles em contatar a parte, antes e depois de realizado o envio da mensagem eletrônica;

O gestor ressalta que a regularidade do SICOND seria de grande contribuição para a gestão de processos, sendo que a unidade se vale, sobretudo, pelos relatórios de “sem tramitação analítico (por petição)” e “por células”.

b) Reunião com Diretores e Assistentes de ambas as Varas do Trabalho

Foram abordados os seguintes tópicos:

- Notificações eletrônicas. Verifica-se que há anuência de algumas poucas empresas, condicionadas à realização por Oficial de Justiça. Segundo esclareceram os Oficiais de Justiça, a concordância ocorreu porque houve o comprometimento deles em contatar a parte, antes e depois de realizado o envio da mensagem eletrônica;
- Processos aptos a julgamento;
- Notificações urgentes;
- Notificações de tutelas de urgências deferidas;
- Notificações, em caráter pessoal, para órgãos públicos;
- Diligências de Oficial de Justiça;
- Apoio do gestor da 2ª VT à gestora da 1ª VT, com a concordância de ambos e se houver anuência das magistradas titulares respectivas. Neste ato, ambos se colocam reciprocamente abertos ao que se pode denominar tutoria e intercâmbio de procedimentos, cujos ajuste e forma ficam a critério dos gestores.

20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – reitera-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que ao



menos no PJe fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário;

20.2 - cadastro da Magistrada Titular no convênio SIMBA.

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – envidar esforços para alcançar as Metas do E. CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que em 2017, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a Meta 5, JT (reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016) com 92%;

21.2 – observar os termos da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que trata da padronização das subcaixas no PJe;

21.3 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim como observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão (sendo necessário o registro correspondente e não como “excluído de hasta”) e que na hipótese de o credor adquirir o bem, deverá fazê-lo na condição de arrematante;

21.4 – observar o Provimento GP-CR nº 04/2014, com alterações pelo Provimento GP-CR nº 01/2017, para a alienação por iniciativa particular por meio de Corretores cadastrados nesse Regional.

22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 16/04/2018 e 18/04/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0011751-29.2016.5.15.0115	Processo eletrônicos na tarefa "Análise do Conhecimento" pendente desde 10/2/2018. Em audiência realizada em 30/1/2018 houve determinação para que a Secretaria da Vara procedesse às pesquisas eletrônicas acerca do endereço da reclamada. Há outros 23 processos pendentes na tarefa.	Analisar e tramitar o feito, intensificando-se a gestão para que os feitos não permaneçam em tarefas intermediárias, o que indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
2	0011199-30.2017.5.15.0115	Processo eletrônico na tarefa "concluso ao magistrado" desde 9/3/2018. Verifica-se situação semelhante na mesma tarefa, na fase de execução (processo 0000478-29.2011.5.15.0115) e também na tarefa "Minutar Despacho - Exec" (processo 0000653-86.2012.5.15.0115).	Tramitar o processo imediatamente, vinculando o magistrado responsável para a análise e prosseguimento do feito.
3	0011648-85.2017.5.15.0115	Processo eletrônico na tarefa "Cumprimento de providências - 2018_03_março - 1ª quinzena" pendente desde 6/2/2018. Em audiência realizada em 5/2/2018 deferiu-se prazo de 15 dias para aditamento da ação e, em seguida, da contestação. Vencidos os prazos, o processo está pendente de análise. Há outros processos em situação semelhante.	Analisar e tramitar o feito (conclusos para designação de perícia, bem como de data de audiência de instrução), conforme determinação que consta na ata.
4	0012565-41.2016.5.15.0115	Processo eletrônico na tarefa "prazos vencidos" pendente desde 1/2/2018. Em 13/12/2017 as partes foram intimadas para se manifestarem, em 5 dias, sobre os esclarecimentos periciais. Prazo vencido. Há outros 583 processos pendentes na tarefa, sendo este o mais antigo.	Tramitar o processo, bem como os que se encontrem em situação semelhante.
5	0011848-63.2015.5.15.0115	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando bloqueio bacen" pendente desde 7/2/2018 quando foi feito o protocolamento. Não houve qualquer tramitação posterior. Há outros 112 processos pendentes na tarefa. Verificou-se acúmulo de 7 processos em tarefa semelhante "Registrar bloqueio bacen", a exemplo do processo 0001149-81.2013.5.15.0115, pendente desde 22/3/2018.	Tramitar o feito e priorizar os que aguardam pagamento ou garantia da execução. Reitera-se a necessidade de tramitação dos feitos com efetividade, nos termos do artigo 2º, III e VI da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
6	0011416-44.2015.5.15.0115	Processo eletrônico na raiz da tarefa "Preparar ato de comunicação" pendente desde 13/3/2018, quando houve determinação para prosseguimento da execução, com	Dar prosseguimento ao feito.



		a expedição de mandado para penhora, avaliação e remoção e pesquisa por meio das ferramentas. Não houve qualquer tramitação posterior.	
7	0000879-57.2013.5.15.0115	Processo físico na ocorrência DES - despacho desde 27/03/2018 ocasião em que foi concedido prazo de dez dias para juntada de comprovantes de recolhimentos previdenciários e, se cumprido, segue para arquivamento.	Prosseguir com a análise para baixa do feito e arquivamento definitivo, se não restarem pendências.
8	0000382-43.2013.5.15.0115	Processo físico na ocorrência LNS - lançamento de solução - realizada desde 22/02/2018 quando ocorreu audiência de tentativa de conciliação, ocasião em que as partes não compareceram. Não houve tramitação posterior.	Dar prosseguimento ao feito.
9	0000761-52.2011.5.15.0115	Processo físico na variável 342 do e-GESTÃO (Processos pendentes de finalização - fase de conhecimento). O processo foi remetido ao Arquivo em 10/10/2012 e desarquivado - PARA PROSEGUIR NA EXECUÇÃO EM 10/07/2017. Em 21/07/2017 foi registrada a ocorrência "RMA -Remetido" sem o registro da ocorrência ARQ.	Sanear o feito, bem como os demais que se encontrarem em situação semelhante.
10	0075600-58.2005.5.15.0115	Processo físico na variável 353 do e-GESTÃO (Processos pendentes de finalização - fase de execução). Em 03/02/2017 foi registrada a ocorrência "RME -Remetido ao TRIBUNAL em execução."	Analisar para prosseguimento, se o caso.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Compareceu o Dr. Élcio Aparecido Vicente, OAB nº 23.339.

Em 26/04/2018, o Desembargador Corregedor Regional prestigiou brevemente a reunião sobre as ações que serão desenvolvidas no dia 12 de junho, dia Mundial, Nacional e Municipal de Combate ao Trabalho Infantil neste Fórum Trabalhista. A reunião contou com a presença dos órgãos JEIA da Circunscrição de Presidente Prudente, Ministério do Trabalho, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, CMDCA, SENAI, Direção de Ensino, SENAC e PETI e da Juíza do Trabalho Responsável pela CGC de Presidente Prudente.



24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – O MM. Juiz Titular Kátia Liriam Pasquini Braiani reside na jurisdição.

24.2 – O Juiz Substituto Auxiliar Fixo Régis Antônio Bersanin Niedo reside na sede da circunscrição.

24.3 – O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com o Magistrado sobre eventual atraso na prolação de sentença.

24.4 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.5 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do Diretor, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 90/2017.

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 26 de abril de 2018, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.